

## ANOS 50 E MUNDO RURAL: NA TERRA DO “ATRASSO” A SEMENTE DA LUTA<sup>1</sup>

Ana Elizabeth Santos Alves<sup>2</sup>  
Ivana Teixeira Silveira<sup>3</sup>

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo realizar uma revisão teórica sobre o contexto econômico, social e político dos Anos 50 e o Mundo Rural, tendo em vista as análises que nortearam as discussões acerca da ideologia desenvolvimentista e a modernização do campo, buscando construir um olhar no qual homens e mulheres do campo são vistos como sujeitos militantes. O texto apresenta as estratégias políticas e econômicas adotadas pelo Estado, em favor do desenvolvimento industrial: a dubiedade entre o passado tradicional e rural e a modernidade urbano-industrial, a intervenção regional, o comportamento racional econômico capitalista, os “dois brasis” e o Projeto Colúmbia. Apresenta, também, o exemplo de dois movimentos de militância rural: as Ligas Camponesas e o Sindicalismo Rural da Igreja Católica. Nas conclusões, ressaltamos as contradições que estavam postas para o Mundo Rural, representando ao mesmo tempo um lugar de submissão e de luta.

Palavras-Chave: Mundo Rural; Desenvolvimento; Tradicional; Moderno; Urbano-Industrial.

## The 50's AND RURAL WORLD: THE LAND OF "LATE" SEED OF STRUGGLE

### ABSTRACT

This article aims to make a theoretical review of the economic, social and political of 50's and the Rural World, in view of the analysis that guided discussions about the developmentalist ideology and modernization of the countryside, seeking to build a look at which rural men and women are seen as militants subjects. The text presents the political and economic strategies adopted by the State in favor of industrial development: the ambiguity between traditional past and rural and urban-industrial modernity, the regional intervention, capitalist economic rational behavior, the "two Brazils" and the Columbia Project; also presents the example of two movements from rural militancy: the Peasant Leagues and Rural Unionism of the Catholic Church. In the conclusions, we highlight the contradictions that were put to the rural world, representing both a place of submission and fight.

Keywords: Rural World, Development, Traditional, Modern, Urban-Industrial.

### Introdução

Do ponto de vista histórico-social, podemos nomear a década de 50 como a grande vanguarda da sociedade de consumo. O Pós-Guerra, as Eras dos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, a ideologia desenvolvimentista, a alavanca industrial e o ideário social de progresso reiteram essa visão. A impregnação social do consumo acentuou igualmente novos padrões de sociabilidade – novos produtos de higiene como a escova de dente, os enlatados, a cultura do *shopping center*, o comer fora,

eletrodomésticos, etc., – ao mesmo tempo em que a cidade é vista como o grande recanto do progresso e da modernidade.

E o Mundo Rural como ficou diante desse panorama? Designado segundo uma visão depreciativa, como o lugar do "atraso".

Assim, este artigo tem como objetivo realizar uma revisão teórica sobre o contexto econômico, social e político dos Anos 50 e sobre o Mundo Rural, tendo em vista as análises que nortearam as discussões acerca da ideologia desenvolvimentista e a modernização do campo, buscando construir um olhar no qual homens e mulheres do campo são vistos como sujeitos militantes. Nesta perspectiva conceitual, o Mundo Rural não ficou embebido na ideologia desenvolvimentista, uma vez que esta o situou na perspectiva do "atraso".

O presente texto está dividido em duas partes e uma conclusão. Na primeira, intitulada como "Ideologia Desenvolvimentista e Mundo Rural", discutimos as estratégias, não somente ideológicas, bem como políticas e econômicas, adotadas pelo Estado, em favor do desenvolvimentismo: a dubiedade entre o passado tradicional e rural e a modernidade urbano-industrial, a intervenção regional, o comportamento racional econômico capitalista, os "dois brasis", o Projeto Colúmbia e a Modernização do Campo. Na segunda, intitulada como "Ideário de Modernização e Lutas Sociais no Campo", apresentamos dois movimentos de militância rural: as Ligas Camponesas e o Sindicalismo Rural da Igreja Católica, mediante os quais corroboram um novo retrato do Mundo Rural, não somente como refém do desenvolvimentismo, mas como construtor de sua própria história. Nas conclusões, ressaltamos as contradições que estavam postas para o Mundo Rural nos anos 50, representando ao mesmo tempo um lugar de submissão e de luta.

A temática dos textos presentes neste número especial da Revista Histedbr *on line* faz uma revisita ao Projeto Colúmbia<sup>4</sup>, realizado na Bahia nos Anos 50. É sabido que uma das arestas de estudos efetuados por esse Projeto foi a discussão entre as inter-relações do rural com o urbano, em razão disto escolhemos estudar o Mundo Rural dos Anos 50, na contrapartida do panorama macroestrutural do desenvolvimentismo. É importante ressaltar que não iremos implementar neste artigo um aprofundamento sobre o Projeto Colúmbia, este ficará situado em face da contextualização que o circunda. É válido esclarecer de antemão que não pretendemos fixar aqui uma discussão teórico-conceitual sobre o rural e o urbano.

### **Ideologia Desenvolvimentista e Mundo Rural.**

A noção de desenvolvimento, pós-anos 30, foi a ideologia que mais gerou interpretações sobre a realidade econômica, social e política do Brasil. O debate consistiu na bandeira de luta de intelectuais, governo e políticos em defesa da industrialização e do avanço das forças capitalistas, preocupados com o "atraso" econômico e social do país como impedimento para o alcance do progresso. O contexto desse debate ocorreu num processo histórico de passagem da hegemonia agrário-exportadora para uma predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial, assinalado pela instalação das condições para a expansão do sistema capitalista de produção. (OLIVEIRA, 1981). A ideia difundida naquele momento tinha como meta a necessidade de superar o passado, tradicional, rural e tudo aquilo que não faria parte do projeto de modernidade nacional urbano-industrial. Um dos pontos fundamentais das discussões era a perspectiva de desenvolvimento marcada por forte ideologia industrial adotada pelo governo e intelectuais, sempre em oposição ao Mundo Rural tradicional.

A experiência histórica da noção de desenvolvimento no Brasil está ligada ao processo de industrialização (1933-55) e a expansão do capital monopolista (1956-1967) (SINGER, 1995).

O projeto de desenvolvimento presente na economia política constituiu-se em um conjunto de interpretações sobre o "atraso" do Brasil rural, introduzindo soluções planejadas em diferentes esferas e setores da sociedade nacional, que precisavam acompanhar o ritmo de avanço do processo industrial. A plataforma política do Governo tinha como objetivo desempenhar ações ordenadas ao investir em obras de infraestrutura, expansão de crédito, reorganização política-administrativa, organização sindical e investimento na siderurgia, no sentido de atender as condições institucionais com predominância da estrutura urbano-industrial, no qual rechaçara o tradicionalismo, a realidade sócio cultural do Mundo Rural.

A política econômica de aspiração ao desenvolvimento entrelaçou-se com as linhas ideológicas do Pós-Guerra. Isto se evidencia porque todo o panorama internacional da Guerra Fria, que consolidou a divisão do mundo nos blocos capitalista e socialista, também contribuiu para a afirmação de movimentos nacionalistas, guerras localizadas, a autonomia política de numerosos países, do Continente Asiático ao Africano. E como não poderia deixar de acontecer, fez ratificar a aspiração ao desenvolvimentismo por parte das nações que não pertenciam ao grupo privilegiado das industrializadas.

Na conjuntura política do Brasil, o impacto dessas linhas de forças internacionais se configurou no alinhamento com Washington. Foi paradoxal a política desenvolvimentista e nacionalista do presidente Getúlio Vargas com este alinhamento diante das forças americanas internacionais.

A ideologia do projeto de desenvolvimento capitalista industrial brasileiro foi orientada pelo pensamento "desenvolvimentista" e teve o seu auge máximo no período do Programa de Metas<sup>5</sup> (1956-1960) (IANNI, 1989).

O argumento central do desenvolvimentismo era intensificar a política de industrialização do país, usando os recursos produtivos (capital, força de trabalho, tecnologia) disponíveis por meio do planejamento global da economia ao criar as condições internas e externas de sua viabilização. A estratégia política do governo diante do desenvolvimentismo foi a intervenção regional<sup>6</sup>, para diminuir os desequilíbrios locais nas áreas do econômico e do social, articulando com os ideários de progresso e de inserção do país no mundo moderno. Entretanto, os investimentos ocorreram apenas em algumas regiões, o que intensificou as profundas desigualdades regionais. A modernização do país consolidou a acumulação do capital industrial e aflorou intensas disparidades entre as classes e o empobrecimento do campo em meio às gritantes diferenças regionais entre Norte/Nordeste e Sul/Sudeste.

A ideologia desenvolvimentista<sup>7</sup> ganhou adeptos não apenas da emergente burguesia industrial, encontrou ressonância no cotidiano social, na classe média urbana, no proletariado e nas Forças Armadas. Na época, tomou corpo uma ideologia de nação forte e interdependente entre força de trabalho, capital e tecnologia com o sistema econômico-social global, buscando harmonizar as relações entre capital e trabalho, as desigualdades e contradições sociais.<sup>8</sup>

O Estado teve o papel decisivo no avanço da racionalização capitalista, ligado à expansão das atividades para o mercado interno. Destaca-se nesse momento o papel da regulamentação das leis trabalhistas para os trabalhadores urbanos, necessária para garantir a socialização, o controle da força de trabalho e as possibilidades de organização e protestos; em que pesem os trabalhadores, por sua vez, usaram diferentes formas de

resistência: se envolveram em reivindicações econômicas, em lutas políticas locais e nacionais.

A fixação do salário mínimo foi igualmente um fator primordial para o processo de acumulação e formação de um “exército de reserva”, que afluía do campo para os centros urbanos, como também a desestruturação das relações de trabalho patrimoniais, tendo em vista a origem rural do operariado urbano.

O projeto ideológico da classe dominante e governo, de base autoritária, assentou-se na concepção burguesa de reconhecer como aspiração nacional a acumulação capitalista; o apelo era para valorizar o comportamento econômico racional. O *slogan* era para todos serem considerados “soldados do desenvolvimento” e convocados a superar o subdesenvolvimento, com promessas de obter no futuro para os seus descendentes os frutos do trabalho presente. (IANNI, 1989, p. 101). Naquele momento, por outro lado, também estavam sendo gestados movimentos sociais e pressões populares que se acumulavam com o processo de urbanização e crescimento do proletariado. O poder público se insere nesse contexto como mediador dos conflitos entre as classes. Neste sentido, esse período representa, portanto, um momento político de aliança entre o Estado populista-desenvolvimentista, o empresariado nacional, preocupado em ampliar o processo de industrialização, e as aspirações econômicas e políticas de setores populacionais.

A industrialização progride em regiões do Centro-Sul. O problema que se coloca no momento para o Estado e a burguesia é como reintegrar o sistema econômico em função da desigualdade regional. A racionalidade capitalista precisa ser expandida em todo o país, buscando reordenar e articular economias locais e regionais, segundo as determinações do novo modo de acumulação urbano-industrial, diferente do Mundo Rural. (IANNI, 1989). Seguindo essa lógica, conforme o autor, ao observar a economia das regiões nordestina ou amazônica com os centros industrializados, considera-se que as primeiras precisam se modernizar e superar o “atraso” econômico e cultural.

A ideia de comparar uma região com a outra orientada pela relação entre tradicional e moderno foi amplamente debatida nos anos cinquenta.<sup>9</sup> A questão fundamental era compreender o Brasil no descompasso temporal e espacial, produzindo a imagem dos “dois Brasis”: uma parte da sociedade brasileira se movia por formas de vida tradicional, arcaica, regionalista, construídas segundo critérios rígidos, fechados, de participação familiar, por parentesco, por prestígio local, concretizada no mundo rural; e outra parte desta sociedade já era aberta, considerada membro da modernidade, materializada no mundo da cidade. (SADER e PAOLI, 2004).

Do ponto de vista da intervenção regional, na Bahia, as preocupações com o desenvolvimento industrial do Estado era uma realidade, principalmente no governo de Otávio Mangabeira (1947-1951). O Estado sofrera com a crise mundial do capitalismo e perdeu a sua posição econômica de tempos passados (MEDEIROS, 2009). A inserção do Estado no sistema econômico-social industrial constituía-se na época um problema, queriam compreender a razão do “atraso” da Bahia, adotando a expressão “enigma baiano”. A questão levantada por políticos e governo era “porque a Bahia não se industrializa”. Diante dessa questão e das precárias condições econômicas, culturais e sociais do Estado, conforme Nelson Sampaio (apud MEDEIROS, 2009, p. 7), o governo Mangabeira, entre outras medidas, destacou a necessidade de realizar estudos sobre as “ciências básicas a fim de provocar uma mudança de mentalidade entre os baianos e para tal fim criou, com a inspiração de Anísio Teixeira, a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência.” Esta Fundação firmou o convênio com a Universidade de Colúmbia com o objetivo de realizar pesquisas no território baiano. A preocupação geral de intelectuais baianos e governos naquela época era observar até que ponto algumas regiões estavam se adequando à ideia de

um Brasil modernizador, desenvolvido, industrializado. (CONSORTE, 1999, p.40). Nesse contexto socioeconômico, a partir do final da década de 1940, se idealiza a realização de um projeto de pesquisa, conhecido como "Projeto Colúmbia" na Bahia.

O que é importante destacar dos estudos realizados nesse projeto e que servem de base para entendermos as relações entre desenvolvimento e Mundo Rural nos anos cinquenta? Uma linha de discussão que tangenciou o projeto Colúmbia incluiu as interpretações sobre a presença no contexto social do país de uma "herança das relações escravistas, patrimoniais e agrárias, próprias ao sistema colonial, que seriam impeditivas da plena adoção de atributos racionais da sociedade capitalista" (IVO, 2012, p. 189). O reduto dessa herança estaria presente em comunidades rurais. Ou seja, o Mundo Rural representava a tradição e, portanto, precisava se modernizar. Esta afirmativa pode ser deduzida nas ideias expressas por Charles Wagley, Thales de Azevedo e Luis C. Pinto (1950), signatários do referido projeto. Os autores explicam a necessidade de estudar a cultura dos habitantes da região rural da Bahia e compreender a dinâmica de mudanças culturais, no intuito de subsidiar o governo no planejamento das necessidades educacionais e sanitárias da população rural, consideradas não desenvolvidas do ponto de vista tecnológico.

Semelhante racionalização, conforme Ivo (2012), pode ser observada nas diferentes interpretações sobre a sociedade brasileira que antecederam o pensamento desenvolvimentista da década de 50-60, a exemplo de intelectuais como Gilberto Freire e Sérgio Buarque de Holanda, além das reflexões sobre a necessidade de "mudança" social e econômica do país presente nas discussões dos sociólogos da década de 50, como Florestan Fernandes.

O estudo realizado por Marvin Harris (1971)<sup>10</sup>, pesquisador do Projeto Colúmbia, em 1951, mostrou análises sobre o significado do que é tradicional e moderno nas relações que se estabelecem entre o Mundo Rural e o urbano. O autor explica a ambiguidade das relações entre cidade e campo por meio do movimento da circulação social e econômica, na qual a cidade subordina o campo pelo poder político (a cidade é o local da administração municipal e dos serviços públicos) e pelo imaginário social das pessoas que denominam o homem rural como "tabaréu" ao se referirem de forma pejorativa acerca dos moradores do campo. (ALVES E SILVA, 2012). Ou seja, o Mundo Rural é caracterizado como um lugar atrasado, não desenvolvido.

Desse debate surge uma pergunta: como homens e mulheres do Mundo Rural resistiram a essa posição marginalizada na história? Martins (2011, p. 108) explica que nos anos 1950,

as elites se moviam (técnicos governamentais, uma parte dos políticos, bispos, industriais, intelectuais) no sentido de diagnosticar as causas do atraso e os obstáculos ao desenvolvimento econômico e social do Brasil, também a massa dos trabalhadores rurais começava a se mover. (...) os trabalhadores rurais de várias regiões (...) começaram a manifestar-se de modo propriamente político.

Portanto, uma questão importante no qual envolve a relação entre desenvolvimento e Mundo Rural, que não foi tratada pelo Projeto Colúmbia (não era objetivo do projeto), e constituiu-se em um violento problema a partir dos anos 50, foi a explosão de conflitos fundiários decorrente do processo de ocupação de terras: a luta camponesa pela terra, por garantia de trabalho e pela permanência no campo, buscando objetivar o modo de vida rural que ainda era bastante caro ao país.

Do lado das preocupações com o desenvolvimento, a racionalização capitalista avançou sobre a estrutura agrária brasileira no sentido de integrar as áreas rurais à

dinâmica do sistema. O governo de Juscelino Kubitschek teve na aristocracia rural uma das principais bases de sua sustentação política. As oligarquias agrárias aderiram ao projeto de modernização; protagonizaram as transformações sociais, adaptaram-se, inovaram-se de acordo com os seus interesses e circunstâncias. (MARTINS, 2011, p. 107).

O setor agrário desempenhou um importante papel na expansão capitalista e no processo de industrialização, mantendo relações complementares interdependentes no âmbito das forças produtivas. (IANNI, 2004). As relações entre agricultura e indústria impulsionaram a reprodução da racionalização capitalista, podendo ser compreendida nos seguintes aspectos: primeiro, o crescimento da produção agrária se dá por meio da expansão horizontal das áreas cultivadas, com poucas modificações nos instrumentos de produção utilizados; a produção excedente de alimentos é orientada para atender o mercado interno, as demandas do setor urbano-industrial. A expansão das terras ocorreu por meio da mercantilização do excedente agrícola oriundo da pequena produção de posseiros, como também do permanente movimento de abertura de novas áreas, determinada pela chegada do capital mercantil que se apropria do excedente gerado. Conforme Martins (1998, p. 669), desde os anos 50, o deslocamento da frente de expansão e o processo de ocupação das terras em várias regiões<sup>11</sup> pode ser observado por meio do "mapa geográfico da violência" e pela "explosão de conflitos fundiários". Segundo, a agricultura foi uma fonte de força de trabalho para o setor urbano-industrial, mantendo as formas básicas das estruturas fundiárias e das relações de produção. Os trabalhadores rurais não tiveram seus direitos garantidos pela legislação social que definia as condições de reprodução da força de trabalho, como também o sistema de previdência praticamente não existiu no campo. As relações de trabalho continuaram dentro dos padrões de dominação tradicional, uma vez que a grande maioria da população rural era analfabeta. (SORJ, 1986). Terceiro, o excedente econômico produzido pelo trabalhador rural é apropriado pelos elementos do sistema econômico global e repartido entre: "o proprietário da terra, o arrendatário da terra, o comerciante de produtos agrícolas na cidade, o comerciante de produtos agrícolas no mercado mundial, a empresa industrial que consome matéria-prima de origem agrícola e o aparelho governamental". (IANNI, 1989, p. 119). As decisões de política econômica passaram a ser tomadas principalmente no setor industrial, nacional ou internacional.

Assim, o modelo das relações internas da agricultura foi viabilizado segundo baixos padrões do nível de vida e do custo de reprodução da força de trabalho rural. Ou seja, a simbiose entre indústria e agricultura na constituição do "novo mercado urbano-industrial" contribuiu para as "atividades agropecuárias manterem seu padrão 'primitivo', baseado numa alta taxa de exploração da força de trabalho" (OLIVEIRA, 1981, p. 45), como também na formação de focos de resistência e disseminação da luta pela terra.

### **Ideário de modernização e lutas sociais no campo.**

No Mundo Rural, o ideário político de modernização em sobremaneira agravou a insegurança das populações rurais, aumentou os despejos de colonos e posseiros, a perseguição aos movimentos de militância rural. Criou um infindável conflito de terras na região amazônica pela agressiva política de ocupação daquelas áreas por grandes grupos econômicos, nacionais e estrangeiros, em detrimento das populações indígenas e dos antigos moradores. Impregnou a impunidade dos que praticavam a ocupação violenta de áreas já cultivadas, pela grilagem de terras, falsificação de documentos, corrupção de juízes, cartórios e órgãos do Governo.

Segundo Wanderley (2009), a política de modernização do campo foi estabelecida

tendo em vista um desejo coletivo de elevar o país às mesmas condições que as nações ricas, isto é, tal como os países desenvolvidos, de primeiro mundo. Porém, a tensão entre o proprietário e o trabalhador fica evidente neste tipo de política:

Muito já se falou a respeito do caráter conservador da modernização agrícola no Brasil. No entanto, a modernização adotada é *dolorosa*, antes de tudo porque paradoxalmente, reproduz o *atraso*. Ora, o *atrasado* que permanece dentro do *moderno* e que o redefine, pode ser identificado pelo fato de que a modernização foi feita sob o comando da terra, isto é, foi feita pelos e para os proprietários fundiários, gerando uma tensão entre a propriedade e a produção que afeta a profundidade da própria modernização. (WANDERLEY,2009, p.46).

Além do mais, modernização do campo não deveria tomar por base uma perspectiva de simplesmente transportar para o meio rural todo este apanágio de modernização urbano-industrial. Deveria, sobretudo, criar condições de resposta aos problemas provocados pelas correntes migratórias desordenadas, que provocavam, em sobremaneira, as inchações crescentes das áreas periféricas dos grandes centros urbanos. Esta discussão despontou-se, tendo em vista, a desoladora seca de 1958, que colocou o Nordeste em intensa disparidade com as regiões Sudeste-Sul. Estima-se que, no referido ano, dois milhões de pessoas perderam toda a sua produção agropecuária e tiveram de recorrer às frentes de trabalho abertas pelo governo.

Diante das considerações elencadas acima, constatamos que o Mundo Rural dos anos 50 é retratado pelo empobrecimento no campo, êxodo rural, seca no Nordeste e extrema concentração latifundiária da terra, levando a um quadro de extrema desigualdade social entre, de um lado, os pequenos proprietários rurais e, do outro, os grandes empresários rurais. As mobilizações e organizações proletárias agrícolas se espalharam em todo o país, quer por entre os cortadores de cana do Nordeste açucareiro, ou por entre os colonos expulsos das fazendas de café de São Paulo, ou entre os pequenos proprietários e lavradores sem terra do Rio Grande do Sul.

Das manifestações de luta social dos camponeses e assalariados do campo que ficaram mais conhecidas foram as **Ligas Camponesas** e o **Sindicalismo Rural** da Igreja Católica. Os descontentamentos de homens e mulheres contra os padrões de controle social, o coronelismo, a separação entre o lavrador e os meios de produção provocaram pequenos proprietários de terra, camponeses e trabalhadores rurais a se apresentarem como sujeitos de militância, de luta, frente aos direitos de posse e usufruto da terra.

**As Ligas Camponesas** ganharam fama como um grande movimento de militância rural promovido pelos trabalhadores rurais, criadas inicialmente no Estado de Pernambuco. Contudo, elas se espalharam posteriormente para os Estados da Paraíba, Rio de Janeiro, Goiás e em outras regiões do Brasil, além de terem persistido historicamente no período que se estendeu de 1955 até a queda de João Goulart em 1964.

As Ligas começaram precisamente no engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, interior de Pernambuco, com o nome de Liga Galiléia. A propriedade congregava 140 famílias de camponeses em quinhentos hectares de terra do engenho que estava até então fechado.

A terra foi arrendada para os camponeses, mas os custos do arrendamento cresceram muito, tendo como resultado o atraso de pagamento da parte de muitos rendeiros. Foi então que ocorreu entre os camponeses a ideia de formar uma sociedade, espécie de cooperativa de créditos, com o intuito de se criar fundos para manter em dia os

pagamentos. Dessa ideia criaram a Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP).

O dono da propriedade concordou, mas o filho, do dono da propriedade, não gostou dessa decisão de Sociedade, pois viu riscos de toda ordem no movimento. Chamou então a polícia para expulsá-los, ao mesmo tempo em que o fazendeiro proprietário decidiu retomar as terras da lavoura dos moradores para nelas plantarem cana-de-açúcar.

Os rendeiros tomaram a decisão de buscar proteção na lei e foram à Recife procurar um advogado para defendê-los. Depararam-se com o profissional Francisco Julião Arruda de Paula que, de imediato, concordou em fazer os serviços advocatícios. Estes perduraram ao longo de toda a década de 50, quando em 1959 foi aprovada a proposta de desapropriação do engenho, encaminhada à Assembleia Legislativa pelo governador Cid Sampaio.

Ao longo da década, as Ligas cresceram, tempo em que se tornaram associações que tinham um caráter civil e voluntário, por isso mesmo dependiam de um estatuto e de registro em cartório. Além do aparato jurídico, as Ligas Camponesas prestavam serviços assistenciais, médicos, medidas de autodefesa nos casos graves de ameaças quaisquer diante de seus membros. As mais comuns eram aquelas que, contrariando o Código Civil, obrigavam à expulsão sem indenização pelas benfeitorias realizadas.

Martins (2011) analisa a atuação das Ligas Camponesas em outras regiões do País, a exemplo da designada Revolta Camponesa de Porecatu, na região do Paraná em 1957:

Os conflitos atingiam mais do que a mera propriedade da terra, sua mera dimensão econômica. Eles atingiam diretamente os mecanismos de reprodução do poder oligárquico: a grilagem de terras. Desde o século XIX, a grilagem de terras era uma questão restrita a litígios no interior das próprias oligarquias, envolvendo número restrito de pessoas, casos quase sempre debatidos e, bem ou mal, resolvidos no judiciário como sendo apenas casos de dúvidas, quanto a direitos, divisas ou de notória falsificação de documentos. (MARTINS, 2011, p. 111).

As Ligas Camponesas evidenciaram, não somente para o Nordeste, mas a todo o País, que a terra era a grande centralidade das lutas no Mundo Rural. Por várias razões: Primeiro, a posse da terra era algo quase sempre inalcançável para o pequeno produtor rural. Ele ficava sempre na retaguarda ao distribuir os seus lucros da terra com o proprietário, que de fato e de direito, angariava o grande quinhão. Segundo, a posse da terra pelo pequeno produtor rural era demarcada quase sempre pela violência, sem nenhum tipo de política que o amparasse<sup>12</sup>. Terceiro, a política de modernização do campo não chegou para o camponês do minifúndio. Esta foi uma política que atendeu muito mais aos grandes latifundiários. Quarto, as Ligas Camponesas também configuraram para a mídia, para a intelectualidade e para a sociedade em geral que se consolidava na terra e não na seca a grande penúria do homem do campo.

O **Sindicalismo Rural** ligado à Igreja Católica foi outra importante manifestação social. Na interpretação historiográfica da Igreja Católica, a Neocristandade (pós Revolução de 30) é vista como uma época áurea da militância da Igreja no Mundo Rural conflitivo dos anos 50. Vale ressaltar que esta ação militante não foi decorrente do segmento leigo, e sim de iniciativa do próprio clero. Instala-se uma nova fase de mentalidade na atividade pastoral católica. Pela primeira vez, o Brasil era caracterizado como um país subdesenvolvido, em que as necessidades das massas populares passavam a ser discutidas e reivindicadas. A esmola, por si só, não mais resolvia os problemas básicos da população.



Vamos chamar atenção para três Programas instituídos pela Igreja Católica que irão corroborar não somente a ação militante no Mundo Rural dos anos 50, bem como irão também configurar um novo feitiço conceitual nesse espaço. São eles: Ação Católica, Movimento de Natal e Sindicalismo Rural. Vale destacar que iremos particularmente nos ater mais à Sindicalização Rural, visto que na perspectiva histórica, o conflito rural ficou mais evidente, qual seja, homem do campo versus proprietário de terra.

A Ação Católica foi criada sob o impulso do Papa Pio XI no ano de 1935, de acordo com modelo adotado na Itália. Desdobrou-se em quatro segmentos: 1) Homens de Ação Católica; 2) Liga Feminina Católica; 3) Juventude Católica Brasileira; 4) Juventude Feminina Católica. Estes segmentos apontam três tipos de público alvo: o homem, a mulher e a juventude. No entanto, segundo professor Bruneau (1974, p. 89), a Ação Católica se firmou como um programa de elite e de catequese de adultos:

D. Leme (Arcebispo do Rio de Janeiro) era o seu chefe máximo no país e Alceu Amoroso Lima o presidente nacional. O modelo adotado no Brasil foi o italiano, era centralizado, unido, autoritário; baseando-se nas dioceses, incluía as paróquias e dividia-se em quatro grupos (conforme acima) de acordo com a idade e o sexo.

Merece aqui o registro da Ação Católica porque foi através dela que surgiu o Movimento de Natal. Começou na arquidiocese de Natal, Rio Grande do Norte, liderada pelo Arcebispo Metropolitano Eugenio Sales por volta de 1948. Construção de escolas, alfabetização de jovens e adultos, formação profissional, cursos para lideranças rurais, programas de rádio educativos, a procura de profissionais educadores e cientistas sociais foram alguns dentre uma série de incrementos promovidos pelo Movimento de Natal<sup>13</sup> frente ao homem do campo. Porém, vale ressaltar que o seu público alvo não ficou restrito ao homem do campo, muito menos que suas ações abrangeram somente a área rural.

A historiografia da Igreja aponta ser o Movimento de Natal uma das primeiras ações pastorais a romper com o catolicismo tradicional: celebração dominical da missa, promoção de festividades para os santos, celebrações de sacramentos como batismo, casamento e assim por diante. De forma que, no campo histórico dos movimentos sociais católicos, este se destaca como o de maior envergadura de toda a história da Igreja Católica. Não é à toa que o Movimento de Natal foi a grande fonte de inspiração para a atuação da Igreja diante do Sindicalismo Rural.

Segundo Bruneau (1974), os militantes do sindicalismo da Igreja passaram a ser vistos à mesma luz em que assim eram os agitadores comunistas. Os militantes, mesmo sendo do clero, sofreram grandes perseguições. Eram sinceros e ingênuos, por isso mesmo considerados pelos militares e donos da terra como “heréticos”, pois se engajavam na Igreja para ampliarem suas práticas anticristãs.

O que foi decisivo para o envolvimento da Igreja com o Sindicalismo Rural foi o rápido crescimento das Ligas Camponesas. A Igreja estava acostumada a correlacionar com os seus fiéis da ruralidade, especificamente no Nordeste, sob a forma do catolicismo tradicional. Ao perceber que o seu público católico estava em intenso envolvimento com as Ligas, e estas, por sua vez, rechaçavam este catolicismo tradicional, ela não teve outra opção, senão partir para uma ação mais militante, ou seja, o Sindicalismo Rural.

Quanto à metodologia de trabalho dos Sindicatos Rurais da Igreja, o que mais procuravam fazer era exigir das instâncias políticas a aplicação das leis já existentes para o trabalhador rural. As estratégias eram as mais diversas: promoviam cursos, encontros, providenciavam documentos legais, procuravam os deputados, ensinavam as leis junto ao homem do campo.

No início dos anos 60, havia 50 sindicatos da Igreja, mas nenhum era até então reconhecido pelo Governo. De modo que não demorou muito e ela conseguiu a legalização de 22 sindicatos junto ao Ministério do Trabalho. Tão grande foi a atuação da Igreja no Sindicalismo Rural que em agosto de 1963, os sindicatos fizeram uma eleição para o controle da confederação recentemente formada, a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura). Nesse tempo, havia cinco federações legais (sindicatos estabelecidos nos Estados do País): três ligados à Igreja, no Rio Grande do Norte, Pernambuco e Sergipe; uma ABC de São Paulo e outra dirigida por comunistas no Paraná.

Interessante como Bruneau (1974, p. 172) faz uma espécie de panorama geográfico do Sindicalismo Rural da Igreja Católica:

No plano nacional, a CNBB<sup>14</sup> publicou declarações justificando o movimento e fornecendo informação autorizada sobre a sua organização e reconhecimento; o MEB<sup>15</sup> criou um setor especial para a sindicalização. Orientava as escolas locais para preparar os estudantes para o movimento. Em plano regional, os bispos faziam declarações de apoio e recomendavam aos seus padres que ajudassem a formação e o crescimento dos sindicatos. No nível da paróquia, os padres encorajavam seus paroquianos a fundarem sindicatos e, às vezes, eles mesmos tomavam a iniciativa.

Não podemos desconsiderar que a luta social no campo nessa contextualidade histórica não ocorreu apenas nos âmbitos inter-relacionais entre trabalhador rural e dono da terra. Como podemos, então, situá-la além dessas relações? Podemos situá-la nos âmbitos internos da Igreja, sobretudo diante dos seguidores do catolicismo tradicional; entre os círculos conservadores do clero e os fiéis militantes das Ligas Camponesas; entre a própria Igreja e as Ligas Camponesas, sobretudo no que se refere à competição infiltrada para com os seus públicos alvos que eram um só, o trabalhador rural.

### Considerações Finais.

Em face da revisita ao panorama da política desenvolvimentista dos anos 50, o Mundo Rural foi compreendido segundo a importância que adquiriu no processo de industrialização e de urbanização do país. O Estado, especificamente quanto à intervenção regional e a modernização do campo, não olhou o Mundo Rural do ponto de vista em que ele assim *o é*, mas como um *vir a ser*, tomando o Mundo Urbano como uma espécie de arquétipo a ser seguido.

Florestan Fernandes proferiu na FIESP, no ano de 1959, a palestra "Obstáculos Extra Econômicos à Industrialização no Brasil", na qual fixamos como um panorama conclusivo para o presente trabalho. As análises desse autor na época já questionavam a contextualização da política industrial:

O atual entrosamento entre o campo e a cidade, igualmente prejudicial para a modernização da agricultura e para a industrialização, poderá perpetuar-se como um fator de inércia por tempo indeterminado. Enquanto a nova ordem social, associada ao sistema de classes, à economia de mercado e ao regime democrático, expandir-se apenas em grupos urbanos, será inconcebível pensar em verdadeira interdependência entre campo e a cidade, bem como na formação de uma economia industrial plenamente desenvolvida. (FERNANDES, 1979, p. 83).

A industrialização é caracterizada pelo autor como um processo cultural, importado da política urbano-industrial das grandes economias dos designados países de primeiro mundo: “O que nos parece ainda mais importante, a industrialização adquire, desde o início, o caráter de um processo socioeconômico culturalmente vinculado à assimilação de técnicas, instituições e valores sociais importados da Europa, ou em menor escala dos EUA” (FERNANDES, 1979, p. 66).

O Mundo Rural como o "atraso", o antiprogresso, o não moderno são algumas confabulações que sobreviveram através da propagação de técnicas, instituições e valores sobrevividos de fora do País. Além do mais, a conjuntura política da modernidade urbano-industrial rechaçou a realidade rural, porque não deu conta de fazer um real equilíbrio entre camponês, máquina e terra.

No que tange às lutas sociais no campo, acreditamos ser a terra a grande centralidade na diacronia conceitual do Mundo Rural. Talvez seja por isto que a terra também é a centralidade das lutas sociais. Ela fixou, sem dúvida, a estratificação social no campo porque firmou o trabalhador rural – o camponês – na base inferior; na superior, situou o proprietário da terra. Além de ser o centro desta estratificação, a terra foi da mesma forma a esfera da violência, do conflito.

É muito difícil dizer onde começa e onde termina a luta social no Mundo Rural no panorama histórico dos Anos 50. De modo que podemos situar o Mundo Rural como uma espécie de via de mão dupla conflitiva nas duas direções: de um lado, porque ele foi refém do arquétipo da política desenvolvimentista urbano-industrial. No outro lado, o Mundo Rural foi palco de intensas e sangrentas lutas, principalmente nas regiões Norte/Nordeste do País. O que podemos assegurar é que o homem rural não foi parasitário na construção de sua própria história. Foi protagonista, foi ativista. A título de exemplo, podemos ressaltar a criação da SUDENE (1959), tendo em vista as contradições presentes no contexto da época. Por um lado, a sua criação foi interpretada como resultado de decisões políticas dos grupos dominantes para controlar o movimento de luta dos camponeses, e, por outro, como um avanço, frente às várias lutas concretizadas na militância dos movimentos sociais. Outro dado importante foi a elaboração do Estatuto da Terra (1964), que pode ser considerado como desdobramento de um processo histórico proveniente do usufruto das lutas sociais e políticas.

## Referências.

ALVES, A. E. S. ; SILVA, Lucineide Silva . A memória do trabalho em Rio de Contas. In: Livia Diana Rocha Magalhães. (Org.). *Projeto Colúmbia: Anísio Teixeira e o desenvolvimento nacional*. 1ed.Campinas, SP: Alínea, 2012, v. , p. 1-17.

BRUNEAU, Thomas C. *Catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Edições Loyola, 1974.

CONSORTE, J. Lembrando Costa Pinto: memória das ciências sociais no Brasil. In: MAIO, Marcos C; BÔAS, Gláucia V. *Ideais de Modernidade e Sociologia no Brasil*. Porto Alegre, RS: UFRGS, 1999.

CONSORTE, J. Itinerário de uma pesquisadora: sucesso e percalços. In: MAGALHÃES, Livia D. R.; CASIMIRO, Ana Palmira S. *Memória e trajetória de pesquisa*. Campo Grande, MS: UNIDERP, 2005. p. 57-78.

FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

HARRIS, M. *Town & country in Brazil: a social-anthropological study of a small Brazilian town*. New York, EUA: The Norton Library, 1971.

IANNI, Octavio. *Estado e capitalismo*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

IANNI, Octavio. *Origens agrárias do estado brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IVO, A. O Paradigma do desenvolvimento: do mito fundador ao novo desenvolvimento. *Cadernos CRH*, v. 25, n. 65, Salvador, BA, p. 187-210, Mai/Ago. 2112. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792012000200002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792012000200002&script=sci_arttext).

MARTINS, J.S. *A política do Brasil: lúmpen e místico*. SP: Contexto, 2011.

MARTINS, J.S. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: NOVAIS, Fernando A.; SCHWARCZ, L. M. *História da vida privada*, vol. 4, SP: Cia das Letras, 1998. p. 659-726.

MATTOSO, J. *A desordem do trabalho*, 1ª reimpressão, SP: Scritta, 1996.

MEDEIRO, R. O Programa de pesquisa sociais estado da Bahia - Universidade de Colúmbia: o seu contexto. *Questio*. V.11, n. 1, SP, p. 89-110, mai. 2009.

OLIVEIRA, F. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

SADER, Eder; PAOLI, Maria Célia. Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro (Notas de leitura sobre acontecimentos recentes). In: CARDOSO, Ruth (org). *A Aventura Antropológica: Teoria e Pesquisa*. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. p. 39-67.

SINGER, P. Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento. In: PIERUCCI, Antonio F. de O. et AL. *O Brasil republicano: economia e cultura (1930-1964)*. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.211- 245.

SORJ, B. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. RJ: Guanabara, 1986.

WAGLEY, Charles; AZEVEDO, Thales de e COSTA PINTO, Luiz A. *Uma pesquisa sobre a vida social no Estado da Bahia*. Salvador: Publicações do Museu do Estado. Secretaria de Educação e Saúde – Bahia. Brasil, 1950.

WANDERLEY, M. de N. B. O Mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a Propriedade da Terra. *Agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

## Notas

<sup>1</sup> Este texto é parte de uma análise histórica preliminar acerca do Mundo Rural que estamos construindo. Faz parte do projeto de pesquisa "Formação e Divisão Sexual do Trabalho em Comunidades Rurais," financiado pela Fapesb.

<sup>2</sup> Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Membro do Museu Pedagógico da UESB. Doutora em Educação pela UFBA. e-mail: ana\_alves183@hotmail.com

<sup>3</sup> Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Membro do Museu Pedagógico da UESB. Mestre em Ciências Sociais pela UFBA. e-mail: ivanateixeira@gmail.com

<sup>4</sup> O projeto Colúmbia é originado do Programa de Pesquisas Sociais Estado da Bahia. Foi fruto de um convênio idealizado por Anísio Teixeira durante o governo de Octávio Mangabeira (1947-1951), contando com a participação de Thales de Azevedo (da Universidade da Bahia), do professor Luis Antonio Costa Pinto (da Universidade do Brasil) e do professor Charles Wagley (da Universidade de Columbia), como também dos doutorandos Marvin Harris, Harry W. Hutchinson e Benjamim Zimmerman (da Universidade de Columbia), pesquisadores norte-americanos que embasariam suas teses de doutorado por meio de experiências de campo no Brasil. (ALVES e SILVA, 2012). O objetivo central desse projeto era subsidiar o planejamento das ações de educação e saúde pública em todo o Estado, por meio de dados levantados sobre a sociedade e a cultura dos habitantes da região rural. (WAGLEY, AZEVEDO E PINTO, 1950).

<sup>5</sup> O programa de metas de Kubitschek possibilitou o crescimento do parque industrial do País, formado por empresas transnacionais, estatais e as privadas nacionais. O processo foi mediado pela articulação do Estado nacional com os interesses capitalistas, direcionando o planejamento financeiro capaz de garantir a industrialização nacional (MATTOSO, 1996, p.123). O programa convocou a nação a superar o "atraso" econômico, "crescendo 50 anos em cinco": a construção de Brasília, a inauguração de estradas, favorecendo a entrada do capital e da tecnologia estrangeiros no campo da indústria automobilística, da construção naval, demarcando novamente uma estratégia paradoxal, mediante o apelo para com a sociedade na busca por um sentimento nacionalista.

<sup>6</sup> Fizeram parte desta estratégia, a criação do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a do Plano para o Vale do São Francisco em 1952.

<sup>7</sup> A ideologia desenvolvimentista alcançou uma maior força com a campanha em defesa do monopólio estatal da exploração do petróleo. A criação da PETROBRÁS (1955) e todo o debate que se descortinou na plataforma política em torno do petróleo brasileiro representaram uma das culminações em torno das manifestações nacionalista-desenvolvimentistas. (IANNI, 1989).

<sup>8</sup> As discussões sobre desenvolvimento também foram orientadas por intelectuais da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) e do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros). A estratégia da CEPAL sobre modernização consistia em explicar o "atraso" da América Latina em relação aos chamados centros desenvolvidos e encontrar formas de superá-los, apoiando-se no conceito de subdesenvolvimento compreendido como um modelo histórico dual que opunha um setor "atrasado" a um setor "moderno", conforme as análises feitas por Oliveira (1981). No pensamento social brasileiro, presente nos anos 50, pertenceram aos quadros da CEPAL intelectuais como Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Fernando H. Cardoso, Carlos Lessa, Ademar Barros de Castro e José Serra, entre outros. O ISEB, criado em 1955, difundiu as ideias desenvolvimentistas e as ações do Estado no governo de Juscelino Kubitschek. Participaram deste grupo intelectuais de distintas correntes teóricas, a exemplo de Sergio Buarque de Holanda, Nelson Werneck Sodré, Álvaro Vieira Pinto, Ignácio Rangel, Guerreiro Ramos, etc.

<sup>9</sup> As discussões sobre desenvolvimento na década de 50,- entre o tradicional e o moderno, as teses dualistas, fizeram parte dos estudos de Jacques Lambert e Roger Bastide (dualismo conservador), como também de intelectuais ligados ao ISEB e ao CEPAL.

<sup>10</sup> Marvin Harris, auxiliado por um aluno do curso de Ciências Sociais da Universidade do Brasil (Nilo Garcia) e mais duas alunas (Maria Raimunda Guerra de Macedo e Josideth Gomes Consorte) da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia, realizou um estudo no município de Rio de Contas, BA, sobre Cidade e Campo no Brasil (CONSORTE, 2005).

<sup>11</sup> Onde ocorreu a fronteira da violência: no Paraná, em São Paulo, no Mato Grosso, em Goiás, no Tocantins, no Maranhão, no Pará, no Amazonas, em Rondônia e no Acre. Atualmente, descreve o autor, o movimento

---

de "ocupação territorial é desenhado no mapa do país por milhares de pontos de conflito e violência: violência do "branco" contra o índio", violência do branco rico contra o branco pobre, violência do branco pobre contra o índio, violência de modernas empresas contra posseiros e indígenas e também contra peões escravizados." (MARTINS, 1998, p. 669).

<sup>12</sup> Vale ressaltar que o Estatuto da Terra só foi promulgado em 1964.

<sup>13</sup> Existiram muitos outros programas de ação pastoral ativos na década de 50 e até mesmo nas décadas subsequentes: A ACE (Ação Católica Especializa) como desdobramento desta citada Ação Católica, o MEB (Movimento de Educação de Base), dentre outros.

<sup>14</sup> Confederação Nacional dos Bispos do Brasil.

<sup>15</sup> Movimento de Educação de Base.

Recebido em out/2013

Aprovado em out/2013